

# Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020

Palmela, 13 novembro 2014



GOVERNO DE  
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO  
CONSELHO DE MINISTROS

A Estratégia EUROPA 2020

*3 Prioridades*

*Crescimento Inteligente,  
Sustentável e Inclusivo*

*5 Objetivos*

- 1. Emprego*
- 2. Inovação e Desenvolvimento (I&D)*
- 3. Alterações climáticas e sustentabilidade energética*
- 4. Educação*
- 5. Luta contra a pobreza e a exclusão social*

## Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020

Objetivos	Grande Objetivo da UE	Meta PT*
1. Emprego	aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos	75%
2. Inovação e Desenvolvimento (I&D)	aumentar para 3% do PIB o investimento da UE na I&D	2,7-3,3%
3. Alterações climáticas e sustentabilidade energética	reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% relativamente aos níveis registados em 1990 (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	1%
	obter 20% da energia a partir de fontes renováveis	31%
	aumentar em 20% a eficiência energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	20%
4. Educação	Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%	10%
	aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior	40%
5. Luta contra a pobreza e a exclusão social	reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social	200 000

## O ACORDO DE PARCERIA

No âmbito do processo de programação nacional dos fundos comunitários 2014-2020, o Governo Português determinou em novembro de 2012 as Prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 (RCM n.º 98/2012, de 26 de novembro)

### Quatro domínios temáticos

- **Competitividade e internacionalização**
- **Inclusão social e emprego**
- **Capital humano**
- **Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos**

### Dois domínios transversais

- **Reforma da Administração Pública**
- **Territorialização das intervenções**

## ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE LISBOA PARA 2014/2020

### Plano de Ação Regional

- Diagnóstico prospetivo
- Análise SWOT
- Quadros de Ação Regional
- Modelo de Governação



Identificação das oportunidades  
Seleção dos Objetivos Temáticos  
Prioridade de Investimentos  
Objetivos Específicos  
Tipologias de ação  
Beneficiários

## DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIOS

- Competitividade e Internacionalização
- Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos
- Políticas de Emprego
- Inclusão Social
- Educação e Qualificação do Capital Humano
- Desenvolvimento Urbano Sustentável

## A Estratégia de Especialização Inteligente da Região de Lisboa

Com base nas orientações da Comissão Europeia, que recomenda ser fundamental a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento regional que explore as capacidades de partida da região e promova o aproveitamento de novas oportunidades no quadro das dinâmicas nacionais e internacionais, por forma a ultrapassar os constrangimentos existentes, foi elaborada a Estratégia de Especialização Inteligente.

### Identificação das prioridades estratégicas de especialização:

- Atividades de especialização da Região, seja em termos de atividade produtiva seja de produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Atividades da Região que registam maiores níveis de exposição à globalização, seja em termos de exportação, presença de capital estrangeiro ou inserção em redes internacionais;
- Atividades de especialização e/ou de maior dinâmica de crescimento na economia portuguesa e na economia europeia.



Prospecção e  
valorização de  
recursos marinhos



Meios criativos e  
Indústrias culturais



Turismo e  
Hospitalidade



Investigação,  
Tecnologias e  
Serviços Saúde



Mobilidade e  
transportes

# COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

## Porquê?

- Concentração de recursos científicos
- Massa crítica e escala
- Agilização da articulação academia/empresas
- Transferência de tecnologia

## Como?

- EP1 – Reforçar a I&DT e a Inovação (OT1)
  - I&I no SCTR: subsídios não reembolsáveis
  - I&I nas empresas: IF e subsídios reembolsáveis
- EP2 – Reforçar a Competitividade das PME (OT3)
  - Empreendedorismo
  - Internacionalização
  - Novos produtos e serviços

FEDER

171,7 M€

FEDER

202,7 M€

## Com Quem?

- SCTR: Entidades não empresariais
- Empresas

## Porquê?

- Elevada fatura energética nos custos de produção
- Baixa eficiência energética das empresas (químicas, cerâmica, vidro e cimentos)
- Grande ineficiência energética do setor público

## Como?

- EP3 – Apoiar a transição para economia com baixas emissões (OT4)

- Eficiência energética nas empresas : IF e subsídios reembolsáveis
- Eficiência energética nas infraestruturas públicas : IF e subsídios reembolsáveis

**FEDER**

**55,0 M€**

- EP4 – Proteger o ambiente e promover a eficiência (OT6)
  - Atratividade turística devido aos ativos culturais
  - Diversidade ecológica: fraca valorização ativos naturais

**FEDER**

**15,0 M€**

## Com Quem?

- Entidades Públicas
- Empresas

## Porquê?

- Défice de habilitações e qualificações
- Desfasamento entre as qualificações e as necessidades do mercado de trabalho
- Apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria
- Aumento da empregabilidade nos domínios da EREIL

## Como?

- EP5 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral (OT8)
  - Acesso ao emprego e apoio à mobilidade: não reembolsável
  - Empreendedorismo incluindo promoção start-ups sociais: IF e não reembolsável (NR)
  - Promoção da Igualdade e conciliação da vida profissional e privada: NR
  - Adaptação à mudança (inclui inserção de pessoal altamente qualificado): NR

FSE

74,0 M€

## Com Quem?

- Empresas
- Administração e entidades públicas
- Entidades Gestoras de Fundos

## Porquê?

- Natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social
- Persistência de fenómenos de imigração e dificuldades de inclusão social em territórios urbanos problemáticos
- Capitalização do desempenho de abordagens urbanas inovadoras (LEADER, URBAN I e URBAN II e Iniciativa Bairros Críticos) com grande participação da sociedade civil.

## Como?

- EP6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza (OT9)
  - Inclusão ativa e igualdade de oportunidades: não reembolsável
  - Combater as discriminações e os estereótipos: não reembolsável
  - Serviços e respostas sociais: não reembolsável
  - DLBC: não reembolsável e IF
  - Infraestruturas sociais e de saúde: não reembolsável

FSE

72,0 M€

FEDER

47,0 M€

## Com Quem?

- ONG e Agências e associações de desenvolvimento regional e local
- Administração e entidades públicas

## Porquê?

- Taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada
- Níveis de insucesso escolar superiores ao valor médio nacional
- Baixo nível médio de qualificações da população
- Equipamentos de ensino superior para novos cursos e novos programas adaptados às necessidades da ENEI /EREIL

## Como?

- EP7 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem (OT10)
  - Redução e prevenção do abandono escolar: não reembolsável
  - Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida: não reembolsável
  - Reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade: não reembolsável
  - Infraestruturas educativas e formativas: não reembolsável



## Com Quem?

- Administração e entidades públicas
- Empresas

## Porquê?

- Peso muito significativo do modo de transporte individual motorizado
- Existência de significativas áreas industriais abandonadas
- Edifícios com grande vetustez
- Áreas urbanas críticas onde se concentram inúmeras problemáticas socioeconómicas

## Como?

- EP8 – Desenvolvimento Urbano Sustentável (PI 4.5/6.5/9.8)
  - Mobilidade urbana sustentável: subsídios não reembolsáveis
  - Melhoria do ambiente urbano e de zonas industriais abandonadas : IF
  - Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas: IF

FEDER

74,0 M€

## Com Quem?

- Administração e Entidades Públicas
- Empresas

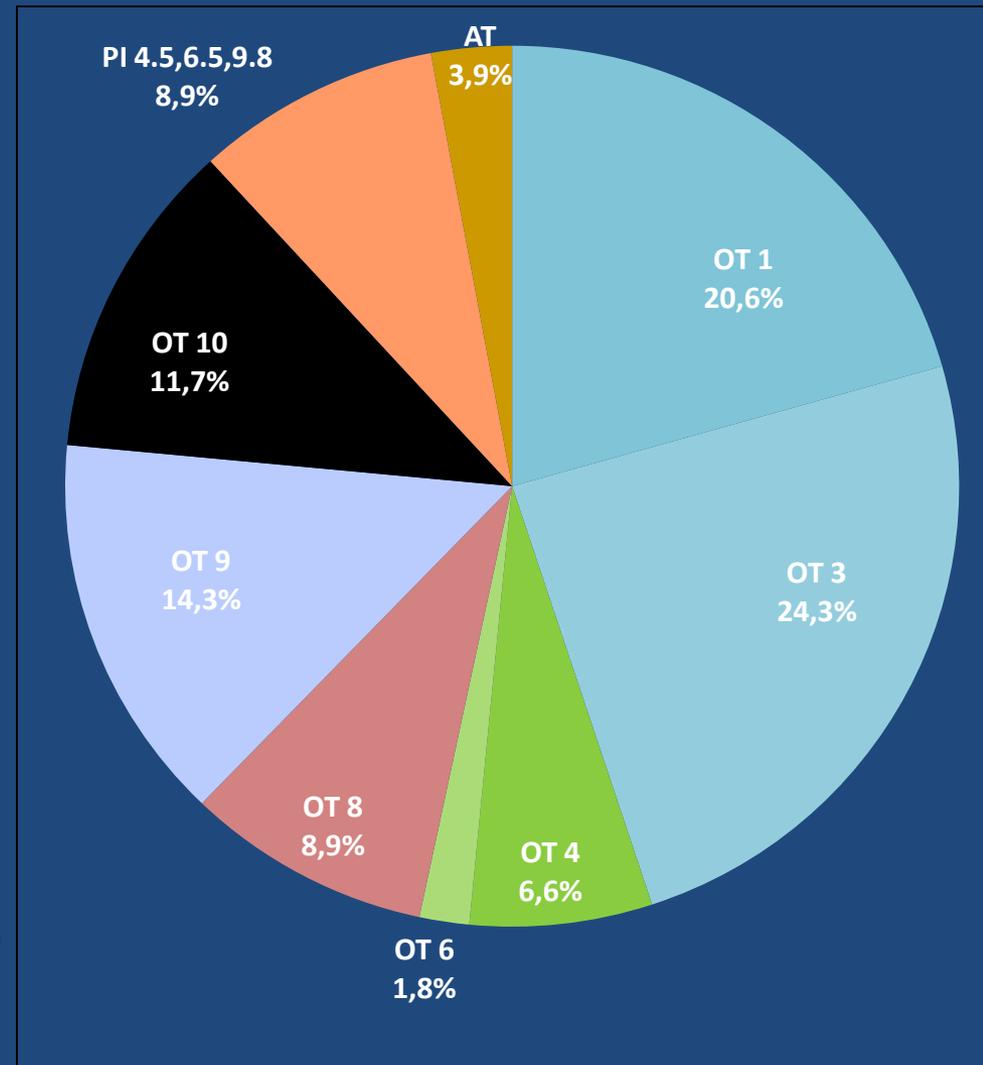
## ALOCAÇÃO FINANCEIRA

**DOTAÇÃO GLOBAL: 833,3 M€**

- FEDER: 622,6 M€ (~74,7%)
- FSE: 210,7 M€ (~25,3%)

### Destques:

- Competitividade e Internacionalização  
374,4 M€ (44,9%)
- Desenvolvimento Urbano Sustentável  
74,0 M€ (8,9%)
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos  
70,0 M€ (8,4%)



## Abordagens integradas de desenvolvimento territorial

Tendo em atenção os desafios que se colocam às áreas metropolitanas nos domínios da coesão social, da atratividade de áreas urbanas, da redução da emissão de carbono e da prevenção e gestão e riscos, o acordo de parceria, veio estabelecer que nestas áreas os **pactos para o desenvolvimento e coesão territorial** incorporizam uma modalidade específica de ITI, designada por **Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)**, que a Região de Lisboa pretende valorizar e promover no período de programação 2014-2020.

A Região de Lisboa aposta na utilização dos instrumentos **AIDUS e DLBC** com o envolvimento da Área Metropolitana de Lisboa na elaboração e execução de um programa de ação metropolitano, assente em projetos estruturantes, que desenvolva e concretize a estratégia regional e garanta a coerência estratégica das operações e a sinergia dos investimentos, com foco nos resultados e compromisso com as metas a alcançar.

A sua concretização implica a celebração de **pactos para o desenvolvimento e coesão territorial**. A sistematização das intervenções prioritárias assenta numa estratégia de utilização da AIDUS para majorar as sinergias entre o financiamento do domínio da sustentabilidade, com origem no **PO Lisboa** e no **PO SEUR**, conjugando FEDER e FC em intervenções conjuntas e integradas, e articular estas intervenções com ações do domínio da inclusão, apoiadas pelo FSE do POR Lisboa.



## Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)

A **AIDUS** deverá mobilizar as instituições e atores metropolitanos para a definição de um **programa de ação** devidamente desenvolvido e ajustado ao território, para o desenho de operações e projetos e para a contratualização de resultados e monitorização do seu alcance, através do estabelecimento de um pacto para o desenvolvimento e coesão territorial a contratualizar com as entidades gestoras dos programas operacionais financiadores.

A identificação dos domínios estruturantes e das intervenções prioritárias da **AIDUS** tem em mente a possibilidade de articular os financiamentos **FEDER, FC e FSE** alocados aos eixos temáticos dos domínios da sustentabilidade e da inclusão com o financiamento de ações dos eixos temáticos do domínio da competitividade e internacionalização, nomeadamente para apoio de iniciativas empresariais nas áreas alvo de operações integradas, e, também, com financiamentos no âmbito de outros programas e iniciativas comunitárias, fundamentais para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável da AML, como sejam o programa **Horizonte 2020** e as Iniciativas **Europa Criativa** e **COSME**.



- Valorização da base ecológica e cultural (património ambiental e cultural das frentes estuarinas, das frentes marítimas, das áreas naturais)



- Regeneração de áreas industriais degradadas e abandonadas



- Reabilitação e sustentabilidade urbana (áreas urbanas específicas afetadas por degradação socio-urbanística e exposição a riscos)

## Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

O POR Lisboa pretende fomentar as **DLBC** como instrumentos de dinamização da **rede de atores locais** e de estímulo do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento económico e social de base territorial. Tem como pano de fundo objetivos de redução do desemprego e dos índices de pobreza, através da dinamização e diversificação económica local, da inserção dos produtos locais em redes de comercialização e da articulação com territórios mais amplos, do estímulo à inovação social e à formulação de novas respostas no domínio da inclusão. A operacionalização das **DLBC é da responsabilidade dos Grupos de Ação Local**.

Para garantir o desenvolvimento integrado da AML, onde prevalece uma percentagem elevada de solo afeto à exploração agrícola, florestal e pecuária e uma extensa frente marítima e estuarina, a promoção das **DLBC** nas zonas rurais e nas zonas costeiras e pesqueiras deverá articular os financiamentos do **FEDER** e **FSE** com os financiamentos do **FEADER** e **FEAMP**, promovendo a diversificação e produtividade do setor primário e a qualificação ambiental e paisagística do território de forma a fomentar o desenvolvimento rural numa lógica metropolitana.



Dinamização de **DLBC de cariz rural ou costeiro e pesqueiro**, tendo como alvo os territórios e comunidades de base rural ou costeira



Dinamização de **DLBC de cariz urbano**, tendo como alvo territórios urbanos deprimidos e com tecidos económicos desvitalizados.

## Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Os **CLDS** são um importante instrumento de política social ao desenvolverem projetos de proximidade com soluções diretamente direcionadas para as populações mais carenciadas e flexíveis às necessidades específicas de cada zona geográfica. Estes projetos proporcionam às comunidades locais disporem de condições de acesso a recursos decisivas para romper os ciclos de pobreza e de exclusão social e impulsionar projetos de inovação social.

Os **CLDS** constituem uma oportunidade, nomeadamente em territórios identificados como **bairros críticos situados nas periferias das cidades** e devem apoiar-se nas Redes Sociais, enquanto plataformas que incentivam as autarquias e as entidades públicas e privadas a trabalharem na área da ação social, conjugando os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de desemprego, pobreza e de exclusão, promovendo o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria, concedendo um protagonismo redobrado à economia social.



## PONTOS FORTES / ASPETOS DISTINTIVOS DO POR LISBOA

- **Maior impacto da I&D na competitividade regional** - Forte articulação entre a Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região de Lisboa (RIS3) e o financiamento da investigação, desenvolvimento tecnológico e Inovação e o apoio à competitividade das PME;
- **Maior apoio ao emprego e à empregabilidade** - Criação de condições para a concretização de uma política regional de emprego, multidimensional (empreendedorismo, estágios, inserção profissional e capacitação) dirigida aos diversos grupos-alvo prioritários e envolvendo as agências públicas, as autarquias e as organizações dos territórios;
- **Maior participação dos atores locais no desenvolvimento urbano** - Forte protagonismo dos atores urbanos na promoção do desenvolvimento local, na animação e na inovação territorial a partir da implementação do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária.
- **Concentração territorial dos instrumentos de desenvolvimento urbano** – Definição clara dos territórios de intervenção prioritária dos instrumentos de política urbana e concentração espacial do financiamento para gerar maiores resultados e impactes.

## PONTOS CRÍTICOS / FRAGILIDADES (1)

### • ARTICULAÇÃO COM O POCI DECISIVA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Indispensabilidade das infraestruturas de conectividade internacional a financiar pelo POCI para que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região de Lisboa e a competitividade das PME da Região possam suportar, por um lado, um novo ciclo de crescimento económico orientado para as exportações de bens e serviços transacionáveis e, por outro a sua afirmação no âmbito das regiões metropolitanas europeias a partir do seu posicionamento euro-atlânticos.

### • ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (AIDUS)

A concentração de FEDER nos OT 1 e OT3 fragilizou a componente da valorização territorial, reduzindo significativamente a dimensão financeira do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa sendo essencial um forte envolvimento do PO SEUR nesta ITI nomeadamente no âmbito OT 5 (Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos) e do OT6 (Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos).

## PONTOS CRÍTICOS / FRAGILIDADES (2)

- **ESCASSEZ E RECURSOS PARA A POLÍTICA URBANA**

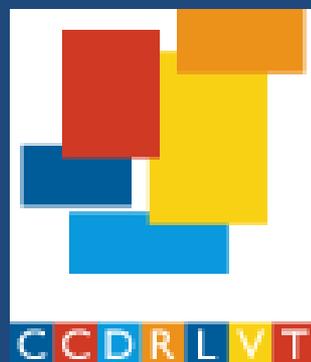
A escassez de FEDER obrigou a região a concentrar a sua política urbana regional nas áreas industriais obsoletas (PI 6.5) e nas Zonas Urbanas Desfavorecidas (PI 9.8), não sendo possível, ao contrário das restantes Regiões, prever o financiamento de áreas urbanas de excelência (PI 6.5) o que condicionará fortemente a qualificação de áreas urbanas com forte relevância turística e patrimonial.

- **FORMA DE PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NA ELABORAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA AML**

Não está definida a forma de participação da administração central (MEC, ANPC, DGPC, IEFP,...) no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, tratando-se de um aspeto crítico dada a escassez da dotação financeira.

# "Portugal 2020 - O novo período de Programação Financeira 2014-2020"

---



Obrigado